

1 **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS – CERH/PR**
3

4 Posse de novos Conselheiros; aprovação das atas da 18ª Reunião Ordinária e 7ª Reunião
5 Extraordinária; leitura do expediente; discussão e deliberação sobre a proposta de composição
6 do Comitê da Bacia Litorânea; discussão e deliberação sobre a proposta de instituição do
7 Comitê das Bacias do Rio Piquiri e Paraná 2 e a proposição de sua Mesa Diretora Provisória;
8 discussão e deliberação sobre a proposta de instituição do Comitê dos Afluentes do Baixo
9 Iguaçu e a proposição de composição de sua Mesa Diretora Provisória; discussão e
10 deliberação sobre a solicitação encaminhada pelo Comitê da Bacia do Rio Jordão de
11 adequação das Resoluções nº 49 e nº 69 CERH/PR; discussão e deliberação sobre minuta de
12 Resolução que institui a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Comunicação,
13 Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos; relato do andamento da gestão de
14 recursos hídricos no Estado do Paraná; relato da Câmara Técnica de Acompanhamento das
15 Ações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; assuntos gerais; e encerramento.

16
17 Aos **16 dias de maio de 2012, às 09:00 horas**, na Sala do Conselho do Centro Integrado dos
18 Empresários e Trabalhadores das Indústrias do Paraná – CIETEP, realizou-se a 19ª Reunião
19 Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR, contando com a presença
20 do Presidente do Conselho, JONEL NAZARENO IURK, da Secretária Executiva do CERH/PR,
21 MARIANNA SOPHIE ROORDA, dos Conselheiros Titulares MÁRIO LESSA SOBRINHO, da
22 Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM, ANTONIO
23 RICARDO LORENZON, da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAB, IVANA LÚCIA
24 BELMONTE, da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, ROSANA SCARAMELLA da
25 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, JOCELY MARIA THOMAZONI
26 LOYOLA, da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, MÁRCIO FERNANDO
27 NUNES do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANA, UDO BUBLITZ da EMATER,
28 HELOISA BOT BORGES, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, KÁTIA NORMA
29 SIEDLECKI, da Minerais do Paraná S.A. – MINEROPAR, JORGE AUGUSTO CALLADO
30 AFONSO da Faculdades Integradas Espírita – FIES, MAURÍCIO CAMARGO FILHO da
31 UNICENTRO, CARLOS EDUARDO DORNELLES VIEIRA, da Associação Brasileira de Águas
32 Subterrâneas – ABAS, JANDERSON MARCELO CANHADA, do COPATI, PAULO CESAR
33 MEDEIROS do CEDEA, PÉRICLES SÓCRATES WEBER, da Companhia de Saneamento do
34 Paraná – SANEPAR, JAIME DE OLIVEIRA KUHN da Companhia Paranaense de Energia –
35 COPEL, dos Conselheiros Suplentes, JOSÉ CARLOS ESPINOZA ALIAGA da Secretaria de
36 Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, WALTZER DONINI da Secretaria de
37 Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, AROLDI MESSIAS DE MELO JUNIOR da
38 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, SOLANGE REIGUEL
39 da Secretaria de Estado da Educação – SEED, ENEAS SOUZA MACHADO do Instituto das
40 Águas do Paraná - AGUASPARANA, GIL FERNANDO BUENO POLIDORO da Coordenação
41 da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, TAMARA SIMONE VAN KAICK da
42 Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, CRISTHIANE MICHIKO PASSOS
43 OKAWA da Universidade Estadual de Maringá – UEM, ADRIANO WILD do MATER NATURA,
44 JOSÉ LOURIVAL MAGRI, da TRACTEBEL ENERGIA, ADILSON LUIZ DE PAULA SOUZA, da
45 Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, SILVIO ALEXSANDRO KRINSKI, da OCEPAR,
46 JOÃO CLAITON DE CASTRO do Comitê da Bacia do Rio Jordão e dos convidados OLGA R.
47 R. POLATTI, JOÃO LECH SAMEK, JÚLIO GOSS, LEONILDO TIBÚRCIO MACHADO,
48 MARCUS NÓBREGA GOMES, ALBERTO PICCININI, ROBERT GORDON HICKSON,
49 NORBERTO RAMON, ROSA MARIA JUNQUEIRA, ANGELA MARIA SANDOLI, BEIJAMIM
50 RUIZ BALSALOBRE, RENATO ANTONIO DALLA COSTA, JORGE LUIZ CAROLLO
51 TEIXEIRA, WALDIR JOSÉ DOS SANTOS, FÁBIO DE SOUZA PINTO, EMERSON PINTO, do
52 Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, RODRIGO BECKER e PEDRO LUIS P.

53 FRANCO da SANEPAR, EDUARDO FELGA GOBBI, JUAN ARTIGAS SOUZA LUZ e MAURI
54 PEREIRA da SEMA, MARTHA REGINA VON BORSTEL SUGAI e LUIZ FERNANDO ARRUDA
55 GONÇALVES da COPEL, JAIR GRZECA da AMOP, FERNANDO VELLOZO RODERJAN, da
56 Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia Litorânea, ROBERTO DEL CLARO da PGE,
57 JACI POLI da UFFS, JOÃO LUIZ SZIMANSKI da Prefeitura Municipal de Capanema, RAFAEL
58 HARTMANN GAVA, da Monitore Engenharia, ANTONIO CEZAR LEAL da UNESP, LIDIA
59 MAROSTICA da Prefeitura Municipal de Maringá, CARLOS ALBERTO BUOSI do CREA/PR,
60 PAULO DE TARSO ROSA do CORIPA, DALMO LIBARDONI da BRF, MÁRIO BASTOS DA
61 SILVA da APPAM. Ao iniciar a reunião a Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA
62 SOPHIE ROORDA, disse haver quorum, contando com a presença de 24 Conselheiros
63 titulares ou suplentes representando os titulares. O Presidente do Conselho, JONEL
64 NAZARENO IURK saudou os Conselheiros e agradeceu a presença de todos, e a seguir
65 solicitou que a Secretária Executiva fizesse a leitura da pauta do dia, que foi aprovada por
66 unanimidade. O Presidente do AGUASPARANÁ, MÁRCIO NUNES, solicitou a palavra para
67 parabenizar o Conselheiro Jorge Augusto Callado Afonso por ter assumido a Superintendência
68 do IBAMA-PR, e comentou que neste importante cargo, tínhamos a união de esforços entre o
69 Estado e a União. Também comentou que nesta reunião estavam presentes todos os Gerentes
70 e Chefes Regionais do AGUASPARANÁ, que por solicitação do Presidente do Conselho,
71 fizeram uma auto apresentação. Na sequência, o Presidente do CERH-PR passou ao **primeiro**
72 **item de pauta – posse de novos Conselheiros**, sendo que mencionou os novos
73 Conselheiros titulares e suplentes (**vide anexo 1**), aos quais o Presidente desejou boas vindas
74 e solicitou uma salva de palmas aos mesmos. A seguir, passou ao **item 2 de pauta –**
75 **aprovação das atas das 18ª reunião ordinária e da 7ª reunião extraordinária**, sendo que as
76 mesmas, após complementações solicitadas pela COPEL, foram aprovadas por unanimidade.
77 A Secretária Executiva, passando ao **item 3 de pauta – leitura do expediente**, mencionou os
78 ofícios emitidos e recebidos no âmbito da Presidência e da Secretaria Executiva do Conselho.
79 A seguir, o Presidente JONEL NAZARENO IURK passou ao **item 4 de pauta – discussão e**
80 **deliberação sobre a proposta de composição do Comitê da Bacia Litorânea**, e convidou
81 para fazer as considerações sobre este tema, o Sr. FERNANDO VELLOZO RODERJAN,
82 Presidente da Mesa Diretora Provisória deste Comitê. O mesmo apresentou as atividades da
83 Mesa Diretora Provisória (**vide anexo 2**), passando por um histórico das reuniões, as
84 justificativas e critérios adotados para a composição do Comitê da Bacia Litorânea, e a
85 proposta de composição do referido Comitê, contando com uma composição final de 27
86 membros titulares e respectivos suplentes, sendo 37% de representantes do Poder Público,
87 37% de representantes de Usuários de Recursos Hídricos, e 26% de representantes da
88 Sociedade Civil. O Conselheiro ANTONIO RICARDO LORENZON, da SEAB, disse entender
89 que a CUIA, instituição que estaria representando as Comunidades Indígenas no Comitê, seria
90 uma ONG, ao qual o Sr. FERNANDO VELLOZO RODERJAN argumentou que esta instituição,
91 perante a FUNAI, representa as Comunidades Indígenas no Litoral. O Conselheiro JOSÉ
92 CARLOS ALIAGA, da SEPL, manifestou a intenção da Secretaria de Estado do Planejamento
93 participar das reuniões deste Comitê, mesmo que como instituição convidada. Na sequência, a
94 Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fez a leitura da minuta de Resolução que
95 aprova a composição do Comitê da Bacia Litorânea. O Conselheiro JANDERSON MARCELO
96 CANHADA, do COPATI, parabenizou os trabalhos da Mesa Diretora Provisória, no entanto,
97 questionou o percentual de participação da Sociedade Civil neste Comitê. Foram feitos os
98 esclarecimentos, bem como, comentado sobre a dificuldade de se identificar as ONGs nas
99 diversas Unidades Hidrográficas do Estado, em especial as cadastradas no CEENG –
100 Cadastro Estadual de Entidades Não Governamentais Ambientalistas. O Conselheiro do
101 COPATI comentou da necessidade de atrair a participação da Sociedade Civil na
102 implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, e que esse segmento tenha uma
103 melhor representação nos Comitês de Bacia. O Conselheiro ADRIANO WILD, do MATER
104 NATURA, comentou que o CEENG encontra-se desatualizado, e propôs que a SEMA lançasse

105 um edital para estimular as Organizações Cívicas a se cadastrarem. A Secretária Executiva
106 MARIANNA SOPHIE ROORDA comentou que a SEMA, através da pessoa da Laura Jesus de
107 Moura e Costa, que tem um profundo conhecimento das Organizações Não Governamentais
108 no Estado, estaria, em breve, colaborando no cadastramento destas Organizações. O
109 Presidente JONEL NAZARENO IURK disse compartilhar da preocupação do Conselheiro do
110 COPATI, mas lembrou que, a partir da implementação dos Planos de Bacia, certamente todos
111 os segmentos terão um maior interesse em participar dos Comitês de Bacia. A seguir, colocou
112 em votação a minuta de Resolução, que foi aprovada por unanimidade. O Presidente passou
113 ao **item 5 de pauta – discussão e deliberação sobre proposta de instituição do Comitê**
114 **das Bacias do Rio Piquiri e Paraná 2 e a proposição de sua Mesa Diretora Provisória**, e
115 solicitou que a Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fizesse os devidos
116 esclarecimentos. A mesma mencionou que toda a documentação exigida para aprovação
117 desta proposta já foi analisada e aprovada na 14ª Reunião Ordinária do Conselho, e que nesta
118 oportunidade, estava apenas sendo submetida à Plenária uma minuta de Resolução (**vide**
119 **anexo 1**) contendo a proposta de composição da Mesa Diretora Provisória deste Comitê, que,
120 na sequência, foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Presidente JONEL NAZARENO IURK
121 passou ao **item 6 de pauta - discussão e deliberação sobre a proposta de instituição do**
122 **Comitê dos Afluentes do Baixo Iguaçu e a proposição de composição de sua Mesa**
123 **Diretora Provisória**, e convidou o representante da SEMA, JUAN ARTIGAS SOUZA para
124 fazer as suas considerações sobre esta solicitação. O mesmo mencionou as reuniões
125 realizadas desde o início de 2011, e que esta proposta de instituição do Comitê estava sendo
126 subscrita por três setores usuários distintos: a COPEL, a SANEPAR e a BRF. Apresentou
127 mapa identificando a Unidade Hidrográfica dos Afluentes do Baixo Iguaçu (**vide slides 16 a 22**
128 **do anexo 1**), os principais rios afluentes, e as principais características da área de
129 abrangência, a saber: área de drenagem de 26.596 km², 72 municípios envolvidos, e uma
130 população de 990.827 habitantes. Apresentou dados dos principais setores usuários, bem
131 como as suas demandas de uso de água. Por fim, comentou da importância da criação deste
132 Comitê, e apresentou a proposta de composição da Mesa Diretora Provisória. O Conselheiro
133 ANTONIO RICARDO LORENZON, da SEAB, disse entender da maior importância que no
134 diagnóstico sucinto da área de abrangência que foi apresentado ao Conselho, houvesse uma
135 menção sobre o uso e ocupação do solo. O Presidente JONEL NAZARENO IURK solicitou que
136 a Secretária Executiva fizesse a leitura da minuta de Resolução referente à esta Mesa Diretora
137 Provisória. O Conselheiro WALTZER DONINI, da SEDU, questionou sobre a participação
138 apenas da AMOP e da AMSOP, em uma área que tem 72 municípios envolvidos. Foi
139 esclarecido que esta era a composição apenas da Mesa Diretora Provisória, e que, na
140 composição do Comitê definitivo, todos os municípios seriam convidados para opinarem sobre
141 a sua participação. A seguir, a minuta de Resolução (**vide anexo 1**) foi aprovada por
142 unanimidade. Na sequência, o Presidente do CERH/PR passou ao **item 7 de pauta -**
143 **discussão e deliberação sobre a solicitação encaminhada pelo Comitê da Bacia do Rio**
144 **Jordão de adequação das Resoluções nº 49 e nº 69 CERH/PR**, e convidou o Presidente do
145 referido Comitê, JOÃO CALITON DE CASTRO, para fazer a leitura do ofício (**vide anexo 3**)
146 encaminhado à Secretaria Executiva do CERH/PR. Após a leitura, a Secretária Executiva
147 MARIANNA SOPHIE ROORDA, esclareceu que a lei estadual de recursos hídricos não prevê a
148 área de atuação dos Comitês de Bacia. No entanto, em 2006, em função das solicitações de
149 instalação de Comitês de forma bastante desuniforme em termos de área, entendeu-se da
150 necessidade de definição destas áreas de abrangência dos Comitês de Bacia, o que foi
151 definido pela Resolução nº 49 CERH/PR, de 20 de dezembro de 2006. Na época já existia o
152 Comitê da Bacia do Rio Jordão, instalada no âmbito da Unidade Hidrográfica dos Afluentes do
153 Médio Iguaçu, e foi, portanto, nesta mesma Resolução, dado um prazo ao Comitê para se
154 adequar à Unidade Hidrográfica dos Afluentes do Médio Iguaçu. No ofício encaminhado pelo
155 Comitê da Bacia do Rio Jordão, foi feita uma solicitação de que se mantenha o Comitê da
156 Bacia do Rio Jordão, por diversos motivos, no seu formato atual, e que a referida Unidade

157 Hidrográfica passe a assumir dois Comitês de Bacia. O Conselheiro ANTONIO RICARDO
158 LORENZON, da SEAB, disse que as Unidades Hidrográficas têm uma lógica dentro do Plano
159 Estadual de Recursos Hídricos, bem como as Áreas Estratégicas de Gestão com suas seções
160 de controle, e comentou que esta decisão estaria aumentando os gastos com mais uma
161 Gerência de Bacia, não entendendo, portanto, oportuna esta solicitação. A Secretária
162 Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA esclareceu que a Unidade Hidrográfica e as Áreas
163 Estratégicas de Gestão seriam mantidas, e que seria a mesma Gerência de Bacia que estaria
164 secretariando os dois Comitês de Bacia, e que caberia à Plenária do Conselho decidir sobre
165 esta solicitação. O Conselheiro ENEAS SOUZA MACHADO, do AGUASPARANÁ, defendeu o
166 pleito do Comitê da Bacia do rio Jordão, até mesmo por motivos históricos, e por motivos de
167 divergências políticas das duas regiões. O Conselheiro PAULO CEZAR MEDEIROS, do
168 CEDEA, disse entender e defender a solicitação do Comitê da Bacia do Rio Jordão, mas que
169 defende que na grande Bacia do Rio Iguaçu haja um planejamento integrado desta Bacia por
170 todos os Comitês nela instalados. O Conselheiro MÁRCIO FERNANDO NUNES, do
171 AGUASPARANÁ, disse ser favorável à manutenção do Comitê da Bacia do Rio Jordão no
172 atual formato, e comentou da importância do envolvimento da sociedade como um todo na
173 participação da gestão dos recursos hídricos. Comentou que até o final de 2012 gostaria de ver
174 o mapa do Paraná com todos os Comitês instalados. O Presidente JONEL NAZARENO IURK
175 colocou em votação a necessidade de aprofundamento do tema, ou a votação da matéria. O
176 Conselheiro PÉRICLES WEBER, da SANEPAR, disse ter dúvidas se estas divisões poderiam
177 acontecer em outras Unidades Hidrográficas. Foi esclarecido que nas demais Unidades
178 Hidrográficas já haviam Comitês instalados, ou Mesas Diretoras Provisórias aprovadas nesta
179 mesma reunião, e que este caso seria a única exceção à regra. A seguir, o Presidente JONEL
180 NAZARENO IURK colocou em votação o pleito do Comitê da Bacia do Rio Jordão, que foi
181 aprovado com um voto contrário do Conselheiro da SEAB. Na sequência, passou ao **item 8 de**
182 **pauta - discussão e deliberação sobre minuta de Resolução que institui a Câmara**
183 **Técnica de Educação, Capacitação, Comunicação, Mobilização Social e Informações em**
184 **Recursos Hídricos - CTEM**, e solicitou que a Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE
185 ROORDA fizesse os esclarecimentos. A mesma comentou que esta Câmara Técnica foi uma
186 solicitação do Conselheiro Paulo Cezar Medeiros, do CEDEA, por ocasião da 18ª Reunião
187 Ordinária do Conselho, visto que a Resolução nº 71 CERH/PR, que aprova o plano de
188 aplicação dos recursos advindos de compensações financeiras que integram o Fundo Estadual
189 de Recursos Hídricos para o biênio de 2011 e 2012, prevê a alocação de R\$ 350 mil em dois
190 programas previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos, a saber: Programa de
191 Capacitação e Programa Integrado de Comunicação. Comentou que a CTIL elaborou uma
192 Nota Técnica que foi encaminhada aos Conselheiros que contém os Programas,
193 subprogramas e atividades previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos para os dois
194 programas mencionados. A seguir fez a leitura da minuta de Resolução desta Câmara Técnica
195 **(vide anexo 1)**, que colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência foi
196 discutida a composição da CTEM, sendo esclarecido que foi antecipadamente solicitado aos
197 Conselheiros que manifestassem seu interesse em participar desta Câmara Técnica. O
198 Presidente JONEL NAZARENO IURK propôs que a coordenação da CTEM fosse exercida pelo
199 CEDEA. As demais instituições participantes **(vide anexo 1)** são: pelo Poder Executivo
200 Estadual o AGUASPARANÁ e a SEED, pelos representantes da Assembléia Legislativa,
201 Municípios, Sociedade Civil, Setores Usuários de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia
202 Hidrográfica, a SANEPAR, o COPATI, o UNICENTRO, a FIEP, a UEM, a UTFPR e o MATER
203 NATURA. A seguir, colocou em votação a minuta de Resolução, que foi aprovada por
204 unanimidade. Na sequência, passou ao **item 9 de pauta - relato do andamento da gestão de**
205 **recursos hídricos no Estado do Paraná**, e convidou o Conselheiro ENEAS SOUZA
206 MACHADO, Diretor de Gestão de Bacias Hidrográficas do AGUASPARANÁ, para fazer o relato
207 **(vide anexo 3)**. O mesmo falou sobre o processo de instalação de Comitês de Bacia
208 Hidrográfica no Estado nas 12 Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos

209 Hídricos, contando com oito Comitês já instalados, duas Mesas Diretoras Provisórias
210 aprovadas nesta reunião do Conselho, uma Unidade Hidrográfica com reuniões de mobilização
211 já realizadas, sendo que falta a realização de reuniões de mobilização no futuro Comitê dos
212 Afluentes do Médio Iguaçu e a adequação do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do
213 Alto Ribeira à área da sua Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A
214 seguir falou sobre o andamento dos Planos de Bacia Hidrográfica, que estão sendo
215 executados com recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI/PR.
216 Disse que a finalização dos Planos do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, do Tibagi e do
217 Jordão já foram contratadas. Encontram-se em processo de licitação, os Planos das Bacias do
218 Pirapó, Paranapanema 3 e 4, e das Bacias do Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e 2, e na
219 sequência serão licitados os Planos das Bacias do Baixo Ivaí e Paraná 1, bem como da Bacia
220 Litorânea. Apresentou prazos para as contratações e término dos Planos mencionados. A
221 seguir, comentou que a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Comunicação,
222 Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos - CTEM, aprovada nesta reunião, irá
223 decidir sobre os recursos financeiros da ordem de R\$ 350 mil que serão destinados para essa
224 finalidade, conforme previsto na Resolução nº 71 CERH/PR, de 16 de agosto de 2011.
225 Comentou que, no dia anterior, realizou-se um treinamento dos membros dos Comitês de
226 Bacia, com a participação de técnicos da Agência do Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ, que
227 já têm uma ampla experiência em Planos de Bacia, Cobrança e aplicação dos recursos
228 financeiros em programas e obras. Quanto aos instrumentos de enquadramento e cobrança,
229 comentou que já existem discussões bastante avançadas no âmbito do Comitê das Bacias do
230 Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, e que a expectativa é que se inicie a cobrança no
231 âmbito deste Comitê em 2013. Comentou, ainda, que estavam sendo adquiridos, com recursos
232 do FRHI/PR, equipamentos de informática, e com recursos do Banco Mundial, uma adequação
233 e complementação do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos. A seguir, o
234 Presidente JONEL NAZARENO IURK parabenizou o Instituto das Águas do Paraná pela
235 implementação dos Comitês de Bacia e dos Planos de Bacia, e passou ao **item 10 de pauta -**
236 **relato da Câmara Técnica de Acompanhamento das Ações do Conselho Nacional de**
237 **Recursos Hídricos**, sendo que convidou a Coordenadora desta Câmara Técnica, Sra.
238 MARTHA REGINA VON BORSTEL SUGAI, da COPEL, para fazer este relato. A mesma
239 comentou as últimas Resoluções aprovadas no Conselho Nacional de Recursos Hídricos –
240 CNRH (**vide anexo 4**), a saber: Resolução que aprova a revisão do Plano Nacional de
241 Recursos Hídricos, Minuta de Resolução que aprova alteração do Regimento Interno do CNRH
242 (análise parcial), Resolução que estabelece critérios gerais para outorga de direito de uso de
243 recursos hídricos para fins de diluição de efluentes líquidos ou gasosos e Resolução que altera
244 os prazos da Resolução nº 106, que institui o Cadastro de Organizações Civas de Recursos
245 Hídricos. Comentou que estava em análise pela CTIL proposta de Resolução que estabelece
246 critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado
247 e pelo seu volume, proposta de Resolução que estabelece diretrizes para implementação da
248 Política Nacional de Segurança de Barragens, sendo que o órgão fiscalizador de barragens
249 para acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico, em rios de domínio
250 do Estado do Paraná é o Instituto das Águas do Paraná e em rios de domínio da União é a
251 ANA. Para barragens onde o uso preponderante é para fins de geração hidrelétrica é a
252 entidade que autorizou o uso do potencial hidráulico. Para barragens de acumulação de
253 resíduos industriais o órgão fiscalizador é o órgão ambiental, no caso o IAP, e para barragens
254 de acumulação de rejeitos minerais, o órgão fiscalizador é o DNPM. Mencionou também,
255 proposta de Resolução que altera a Resolução nº 17 CNRH e estabelece diretrizes para a
256 elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas. Comentou, ainda, que
257 estava em análise pela CTCOB, estudos sobre a sustentabilidade econômica e financeira do
258 SINGREH, com ênfase no custo de implantação e operação dos instrumentos de gestão, bem
259 como, uma revisão dos procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre
260 CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos

261 recursos provenientes da cobrança pelo uso da água no caso dos aproveitamentos
262 hidrelétricos. Na sequência, o Presidente JONEL NAZARENO IURK passou ao **item 11 de**
263 **pauta – assuntos gerais**, e passou a palavra ao Conselheiro MÁRCIO FERNANDO NUNES,
264 do AGUASPARANÁ, que apresentou fotografias referentes a coletas de várias toneladas de
265 BHC no interior do Estado. Disse, também, que no dia anterior, o Governador havia assinado
266 Decreto autorizando a licitação de 100 sistemas de abastecimento de água, sendo que a meta
267 é de 200 sistemas ao ano. O Conselheiro ADRIANO WILD, do MATER NATURA, comentou a
268 existência de um Comitê Paranaense RIO+20, composto por aproximadamente 70 pessoas, e
269 comentou uma apresentação do Ministério do Meio Ambiente, para dar um panorama geral
270 sobre a Conferência RIO+20 (**vide anexo 5**). Apresentou a Agenda da Conferência, o
271 calendário preparatório, as condições de credenciamento, e toda a infraestrutura a ser
272 disponibilizada para os diversos eventos, bem como, o conteúdo desses eventos. Por fim,
273 apresentou todos os links de interesse aos Conselheiros. A seguir, o Conselheiro JOSÉ
274 CARLOS ALIAGA, da SEPL, elogiou o programa de implantação de sistemas de
275 abastecimento de comunidades rurais mencionado pelo Conselheiro Márcio Nunes, e propôs
276 que se fizesse uma apresentação mais detalhada deste programa ao Conselho. Também
277 sugeriu que o Plano Estadual de Recursos Hídricos tivesse uma maior divulgação, para que
278 possamos nos apossar deste documento e colocar em prática os programas deste Plano. Na
279 sequência, o Presidente JONEL NAZARENO IURK propôs que se fizesse um convite a um
280 representante do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para explicar o funcionamento
281 do conjunto de hidrelétricas no rio Iguaçu, nível e volume de reservação dos reservatórios, até
282 porque existem licenciamentos ambientais em curso, e por isso é importante que se tenha uma
283 visão sistêmica do conjunto desses reservatórios. Em não havendo mais assuntos a serem
284 tratados, o Presidente do CERH/PR, JONEL NAZARENO IURK, deu por encerrada a 19ª
285 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA
286 SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva do CERH/PR, lavrei a presente ata, em Curitiba, aos
287 27 dias de junho de 2012.

288 De acordo

289 Curitiba, 11 de dezembro de 2012

290

291

JONEL NAZARENO IURK

292

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

293

Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.